

Medicalização da vida da contemporaneidade: A Cultura da Solução Imediata

Medicalization of Contemporary Life: The Culture of Immediate Solutions

Laura Isabelle Teixeira Lima¹; Júlia Silveira da Silva²; Victoria Luna de Oliveira³; Alyssa Magalhães Prado⁴

RESUMO

A trajetória do uso de medicamentos acompanha a própria história da humanidade, sendo empregada como recurso para promoção da saúde. Contudo, ao longo do tempo, esse uso também passou a ocorrer de forma inadequada, motivado por diferentes fatores, como a dificuldade de acesso a profissionais de saúde que possam oferecer orientações adequadas, a desinformação sobre os efeitos das substâncias e a limitação no acesso a tratamentos apropriados. O presente trabalho busca compreender as razões que levam ao uso incorreto de medicamentos, refletir sobre as consequências sociais desse fenômeno e descrever suas principais formas de ocorrência. Nesse contexto, observa-se que a influência da indústria farmacêutica, os interesses econômicos e a padronização de práticas assistenciais contribuem para a apresentação da medicação como solução imediata, em muitos casos única, para questões que poderiam ser conduzidas de forma mais ampla e integrada. Assim, a medicalização tem sido utilizada como atalho para resultados rápidos, deixando em segundo plano os riscos e consequências desse consumo, ao mesmo tempo em que a facilidade de acesso favorece o uso indiscriminado. No cenário brasileiro, algumas ações têm se mostrado eficazes na diminuição do consumo abusivo, demonstrando que a transformação desse quadro é possível por meio de estratégias planejadas e integradas. Diante disso, ressalta-se a relevância de programas educativos e de iniciativas de conscientização que promovam o uso responsável de medicamentos na sociedade.

Palavras-chave: Automedicação; Influência midiática; Saúde Pública.

RESUMO

The history of medication accompanies human evolution, being used to benefit health since its inception. However, over the years, the misuse of medications has been observed, due to various reasons, including lack of access to physicians who provide proper guidance on their use, limited knowledge about the effects of substances, and restricted access to medications (Silva & Alvim, 2020). Thus, this study aims to address the factors that lead to the improper use of medications, analyze the social effects resulting from this practice, and describe the ways in which it occurs. Pressures from the pharmaceutical industry, economic interests, and automated healthcare practices often present medication as the primary, and sometimes exclusive, solution for problems that could be addressed through multidisciplinary approaches (Santos & Faria, 2019). In this way, medicalization is seen as a quick means to achieve desired outcomes, neglecting the consequences of these actions, while easy access to medications also contributes to indiscriminate consumption (Brito & Silva, 2019). In Brazil, some initiatives have shown concrete results in reducing the abusive use of medications, demonstrating that behavioral change is possible when there is planning and integration across sectors. In light of this scenario, the importance of awareness strategies on this topic in society can be identified, highlighting the need for broader dissemination of information through educational programs.

Keywords: Media influence; Public health; Self-medication.



INTRODUÇÃO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), identifica medicamentos como produtos elaborados a partir de técnicas científicas, com o intuito de diagnosticar, prevenir, aliviar e curar doenças e/ou seus sintomas. Esses produtos são fabricados de maneira rigorosa para que se tenha o efeito esperado, seguindo assim, normas e orientação da Anvisa. Em sua composição são utilizados fármacos com evidências científicas que comprovem sua eficácia, sendo realizado testes de eficiência desde sua produção até a comercialização (Brasil, 2010).

A história da medicação acompanha a evolução humana, utilizada para beneficiar a saúde desde sua criação, entretanto, ao longo dos anos, observa-se a utilização de medicamentos de maneiras errôneas, isso acontece por vários motivos, dentre eles a falta de acesso a médicos que passem corretamente a orientação de como se utilizar, a falta de conhecimento acerca dos efeitos das substâncias, a falta de acesso a medicamentos (Silva; Alvim, 2020). Afim de sanar essa problemática, a Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 1985, criou o conceito Uso Racional de Medicação, o qual é um marco que auxiliou para que existissem políticas públicas que fizessem com que a população tenha acesso a informações e orientação acerca das medicações, além de ter acesso a elas de maneira eficiente (Brasil, Ministério Da Saúde, 2025). Com isso, no Brasil, em 2001, foi atualizada a Política Nacional de Medicamentos (PNM), documento que estabelece diretrizes para a implementação em âmbito federal, estadual e municipal, com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, promove a inspeção, aquisição e distribuição, além de disponibilizar recursos para que o uso racional de medicamentos seja efetivamente implantado e garantido à população de maneira eficiente (Brasil, 2001).

Entretanto, mesmo com políticas e diretri-

zes para que o uso de medicações seja realizado de maneira adequada, ainda não ocorre na maioria das vezes. De acordo com Silva e Alvim (2020), a automedicação indevida ocorre muitas vezes pela busca imediata de alívio de sintomas, porém, os efeitos dos medicamentos são entendidos como tratamento, o que em muitos casos é impossível de ocorrer porque não existe cura para certas enfermidades. Os autores ainda descrevem que a população mais atingida pelo uso incorreto de medicações são as de baixa renda, pois têm maior dificuldade de acessar um médico para obter informações necessárias sobre os medicamentos, além de existir um acesso limitado ou descontínuo de medicações, corroborando para uma precarização da saúde (Silva; Alvim 2020).

Esse cenário demonstra que as questões sociais, econômicas e culturais são fundamentais para se entender a problemática do uso irracional de medicações, uma vez que a falta de informações ou o acesso a orientações erradas sobre os medicamentos e suas maneiras de uso podem acarretar prejuízos à saúde de pessoas. Um exemplo acerca desse tema pode ser citado entre os anos de 2020 e 2021, período da pandemia devido a Covid-19, durante este tempo houve um grande número de informações erradas e mal intencionadas sobre tratamentos que poderiam ser eficazes para o vírus. Informações essas que acarretaram em diversos efeitos, não só para as pessoas que fizeram uso dos medicamentos e tiveram problemas de saúde por consumo excessivo de medicações, mas também houveram mudanças no mercado farmacêutico, em que os valores das medicações sofreram aumentos substanciais (Melo et al., 2021).

Nesse sentido, o uso irracional de medicamentos decorre de diversos fatores, o que evidencia a necessidade de discutir essa temática e considerar intervenções eficazes para reduzir os índices de utilização de medicamentos sem prescrição e de forma

inadequada. Assim, este trabalho tem como objetivo abordar os motivos que levam ao uso indevido de medicamentos, analisar os efeitos sociais decorrentes dessa prática e descrever as formas como ela ocorre.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, de abordagem qualitativa, que buscou analisar e discutir produções científicas, documentos oficiais e publicações institucionais relacionadas ao uso racional e irracional de medicamentos. A coleta de dados foi realizada por meio de busca em bases de dados nacionais e internacionais, sendo SciELO e LILACS, utilizando os descritores: uso racional de medicamentos, automedicação, política nacional de medicamentos e saúde pública. Foram incluídos artigos publicados em português, que apresentassem informações pertinentes à temática, além de documentos oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde. Excluíram-se materiais que não abordassem de forma direta a problemática do uso indevido de medicamentos ou que não estivessem disponíveis na íntegra. Após a seleção, as obras foram lidas na íntegra e analisadas criticamente, buscando identificar os principais fatores associados ao uso inadequado de medicamentos, suas implicações sociais e econômicas e as políticas públicas voltadas à promoção do uso racional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Medicalização, dependência e influência digital

Atualmente, no Brasil, a partir de um trabalho realizado por pesquisadoras da Universidade Vale do Rio Doce (Paula *et al.*, 2020), os medicamentos mais utilizados são os analgésicos e anti-inflamatórios, esse uso ocorre por não haver a necessidade de prescrição médica, sendo assim, facilmente comercializado em farmácias. Além disso, é

apontado também para o hábito do imediatismo, em que a necessidade das pessoas de tomarem medicamentos sem irem ao médico, demonstrando que a cultura deve ser levada como um fator para o uso indiscriminado de medicamentos. Ainda, o estudo mostra que o uso desses medicamentos de maneira irracional, não acarreta somente danos para a população que faz o uso indevido, mas também para a rede de saúde, a qual vai dispor de serviços para atender uma grande demanda de pessoas (Paula *et al.*, 2020).

De acordo com Santos e Baiense (2024), o uso irracional de medicamentos pode ocasionar até a morte de pessoas, como no caso do uso contínuo ou em excesso de antibióticos, que fazem com que as pessoas tornem as bactérias do corpo imune a ação combatente dos antibióticos, fazendo com que sejam desenvolvidas superbactérias, as quais não existem muitas medicações que façam um tratamento, levando pessoas de encontro com a morte.

Ademais, na contemporaneidade, observa-se que os medicamentos não só são utilizados como um produto a fim de prevenir, melhorar ou curar alguma enfermidade ou afins, mas também em muitos casos o impacto de se utilizar medicamentos de maneira irracional é a dependência dos princípios ativos dos medicamentos (Silva *et al.*, 2023). Dentre os medicamentos mais utilizados estão os psicotrópicos, os quais quando utilizados de maneira indiscriminada acarretam danos graves, como a dependência, interação medicamentosa grave e até mesmo overdose. Esses medicamentos são de muita serventia para o auxílio de melhoria no adoecimento psíquico, porém quando o uso é inadequado corrobora para a piora do quadro clínico. O aumento da prescrição dos psicotrópicos se dá pelo quadro emergente de saúde mental no país, entretanto é necessário que haja uma revisão sobre as alternativas não medicamentosas que podem servir como pre-

ventivas para o uso inadequado de medicamentos, visto que são de alto risco para a saúde principalmente em relação a dependência (Silva *et al.*, 2023).

O uso abusivo e indiscriminado de medicamentos é um problema de saúde pública que vem ganhando destaque no Brasil nas últimas décadas (Ministério Da Saúde, 2023). Um dos fatores centrais para a manutenção desse cenário é a forma como alguns profissionais e estabelecimentos de saúde conduzem a prescrição e a comercialização de fármacos. Pressões da indústria farmacêutica, interesses econômicos e práticas automatizadas de atendimento fazem com que, muitas vezes, a medicação seja apresentada como solução principal e, por vezes, exclusiva para problemas que poderiam ser tratados de maneira multidisciplinar (Santos; Faria, 2019).

O conceito de uso racional de medicamentos, segundo o Ministério da Saúde (2022), envolve prescrever a medicação adequada, na dose correta e pelo tempo necessário, considerando também o menor custo possível para o paciente e para a sociedade. No entanto, como apontam Vieira e Zucchi (2011), “muitas prescrições não seguem esse princípio, resultando em riscos à saúde e custos desnecessários para o sistema de saúde” (p. 3170).

Outro elemento que agrava o problema é a relação entre profissionais de saúde e a indústria farmacêutica. Incentivos financeiros, patrocínios de eventos e distribuição de brindes podem comprometer a imparcialidade das condutas clínicas, favorecendo a medicalização excessiva (Figueiras *et al.*, 2000; Santos; Faria, 2019).

As redes sociais têm desempenhado um papel relevante na disseminação de informações e, infelizmente, também na desinformação sobre medicamentos. Conteúdos que normalizam ou incentivam o uso de fármacos, muitas vezes sem respaldo

científico, têm se tornado comuns em plataformas como Instagram, TikTok e YouTube. Esse fenômeno atinge especialmente adolescentes e jovens adultos, tornando-os mais suscetíveis à automedicação (Silva *et al.*, 2020)

O chamado “marketing informal” de medicamentos, realizado por influenciadores sem formação na área da saúde, contribui para a banalização do consumo de substâncias que deveriam ser utilizadas apenas com prescrição e acompanhamento profissional (Almeida; Rocha, 2020). Além disso, a repetição de conteúdos semelhantes favorece a criação de bolhas informacionais que reforçam a percepção de que o uso indiscriminado de medicamentos é seguro e socialmente aceito.

O problema não se restringe a psicotrópicos. Anti-inflamatórios, analgésicos e antibióticos também são divulgados de forma irresponsável, o que pode causar resistência bacteriana, mascarar sintomas e gerar efeitos adversos graves (Ventola, 2015; Ministério Da Saúde, 2023).

Medicalização, dependência e influência digital

Na realidade brasileira, o uso inapropriado de medicamentos pode estar interligado a estrutura da organização de assistência médica, onde em diversos casos a prescrição e orientação de medicamentos é feita de forma inadequada para o paciente (Paula *et al.*, 2020), podendo prejudicar o quadro clínico e dificultar a compreensão do indivíduo acerca da função do medicamento. Além disso, vários fatores contribuem para essa prática, como a influência familiar, busca por uma melhora imediata dos sintomas, falta de informação, de infraestrutura e de acesso adequado podem levar ao uso errôneo de medicamentos, acarretando em reações adversas, causando possíveis complicações e agravamento do

estado do paciente, visto que se trata de um consumo perigoso que possui risco de intoxicação e até mesmo de dependência (De Souza Martins *et al.*, 2025).

Nesse sentido, é importante destacar que esse consumo inapropriado pode estar ligado a várias questões que devem ser levadas em consideração para uma melhor compreensão dessa problemática, como aspectos socioeconômicos, educacionais e governamentais que influenciam na construção de pensamento crítico e nas ações dos indivíduos dentro de uma sociedade (Paula *et al.*, 2020). A cultura imediatista é uma realidade da contemporaneidade, onde o indivíduo possui uma necessidade de obter resultados da forma mais rápida possível, seja envolvendo produtividade, sofrimento psíquico, felicidade ou emagrecimento (Brito; Silva, 2019), aspectos que afetam significativamente a saúde mental da população, contribuindo para o adoecimento e desenvolvimento de transtornos.

Diante disso, o consumo do medicamento OZEMPIC para finalidade estética é uma problemática dos tempos atuais, sendo um exemplo do impacto da cultura imediatista. A busca pelo emagrecimento se tornou algo obsessivo e adoecedor, em que a exaltação para alcançar um padrão estético, que é vendido como algo ideal a ser seguido, leva a disseminação de informações errôneas e no consumo inapropriado de medicamentos para conseguir emagrecer de forma “instantânea” e inadequada, sem o acompanhamento de profissionais qualificados (Rodrigues; Da Silva, 2024). O OZEMPIC é um medicamento utilizado para o tratamento de diabetes do tipo 2, que auxilia na diminuição dos níveis de açúcar do sangue, porém, as pessoas estão consumindo esse medicamento somente para perda de peso da maneira mais rápida possível, negligenciando a gravidade de seus efeitos colaterais e o prejuízo na saúde física e mental (Rodrigues; Da Silva, 2024).

A partir disso, a procura e a cobrança incessante por uma felicidade idealizada e vendida pelas indústrias e pelas mídias sociais causam nos indivíduos um estranhamento de tudo aquilo que não seja prazeroso, levando a construção de um pensamento distorcido da realidade, onde sentimentos incômodos e situações difíceis de lidar são vistas como algo incomum e patológico. Dessa forma, a medicalização está sendo vista como um meio mais rápido para alcançar os resultados desejados, mesmo negligenciando as consequências dessas ações, onde o acesso a esses medicamentos também contribuem para o consumo indiscriminado (Brito; Silva, 2019).

A conscientização e a educação em saúde são ferramentas fundamentais para combater o uso abusivo de medicamentos, pois atuam na raiz do problema: o desconhecimento ou a compreensão equivocada por parte da população. Essas estratégias não devem ser isoladas, mas sim integradas a um conjunto mais amplo de políticas públicas de saúde.

Uma abordagem eficaz envolve campanhas midiáticas permanentes promovidas por órgãos como o Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Essas campanhas podem utilizar televisão, rádio, redes sociais e até mesmo espaços públicos, com linguagem acessível e exemplos concretos do cotidiano, mostrando os riscos da automedicação e os danos do uso prolongado e desnecessário de determinados medicamentos. Nessa perspectiva, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) possui o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) que desenvolve pesquisas e estratégias utilizando a ampliação de informações em benefício do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a comunicação em saúde e podendo auxiliar na conscientização da população acerca do consumo de medicamentos (Fundação Oswaldo Cruz, [s.d.]).

Além da comunicação em saúde nas mídias, programas educativos em escolas podem apresentar ganhos para o conhecimento em saúde. Professores, enfermeiros e psicólogos escolares podem trabalhar de forma conjunta para ensinar crianças e adolescentes sobre o funcionamento básico do corpo humano, a importância do diagnóstico correto e os perigos de tomar medicamentos sem orientação médica. Ao inserir o tema no currículo escolar, forma-se uma geração mais crítica e consciente sobre a própria saúde.

Também é essencial promover capacitação contínua para profissionais de saúde, incluindo médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros. Muitos casos de prescrição inadequada acontecem por falta de atualização sobre diretrizes clínicas ou por excesso de confiança em práticas automatizadas. Cursos e oficinas presenciais ou à distância, com ênfase no uso racional de medicamentos, como os cursos gratuitos ofertados pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), podem reduzir consideravelmente esses erros (Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, [s.d.]). Por fim, a conscientização deve envolver participação comunitária. Associações de bairro, igrejas, sindicatos e grupos de apoio podem servir como multiplicadores da informação, realizando encontros, rodas de conversa e distribuindo materiais educativos. Quando a comunidade assume um papel ativo, a transformação cultural em relação ao uso de medicamentos se torna mais sólida e duradoura. No Brasil, algumas iniciativas têm demonstrado resultados concretos na redução do uso abusivo de medicamentos, evidenciando que a mudança de comportamento é possível quando há planejamento e integração entre setores.

Além da mídia, programas educativos em escolas têm demonstrado potencial. Professores, enfermeiros e psicólogos escolares podem trabalhar de forma conjunta para ensi-

nar crianças e adolescentes sobre o funcionamento básico do corpo humano, a importância do diagnóstico correto e os perigos de tomar medicamentos sem orientação médica. Ao inserir o tema no currículo escolar, forma-se uma geração mais crítica e consciente sobre a própria saúde. Um exemplo dessa prática ocorreu em uma escola pública de São Sebastião (AL), onde um projeto com palestras, infográficos e atividades participativas levou os próprios alunos a produzirem materiais educativos, promovendo reflexão e debate sobre os riscos da automedicação (Silva et al., 2022). De forma semelhante, no estado do Rio de Janeiro, uma sequência didática envolvendo leitura de bulas e atividades de Química ajudou adolescentes a desenvolver pensamento crítico sobre o uso de medicamentos (Freitas; Pereira, 2020).

Também é essencial promover capacitação contínua para profissionais de saúde, incluindo médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros. Muitos casos de prescrição inadequada acontecem por falta de atualização sobre diretrizes clínicas ou por excesso de confiança em práticas automatizadas. Nesse sentido, em Belo Horizonte (MG) foi estruturado um serviço de Acompanhamento Farmacoterapêutico nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), com consultas clínicas realizadas por farmacêuticos para revisar prescrições junto aos médicos, avaliar interações medicamentosas e propor alternativas não farmacológicas. Essa iniciativa contribuiu para reduzir prescrições desnecessárias e melhorar a adesão a tratamentos adequados (Belo Horizonte, 2018; UFMG, 2021).

Por fim, a conscientização também deve envolver recursos tecnológicos e participação comunitária. No Estado do Paraná, a adoção da receita eletrônica e o uso do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) permitiram cruzar dados de prescrição e dispensação, evitando duplicidade de tratamentos e identificando

padrões suspeitos, o que levou a auditorias e à interrupção de práticas abusivas (Anvisa, 2025; CRM-PR, 2020).

Esses exemplos demonstram que o combate ao uso abusivo de medicamentos não depende apenas de proibição ou fiscalização, mas de um conjunto articulado de medidas educativas, comunitárias e tecnológicas, aplicadas de forma contínua e adaptadas à realidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo foi capaz de apresentar sobre a problemática da automedicação e do consumo indiscriminado de medicamentos na contemporaneidade, discutindo sobre os fatores que influenciam negativamente essa prática e os riscos dela para a população. Diante desse cenário, é possível identificar a importância de estratégias de conscientização dessa temática na sociedade, sendo necessário uma maior propagação de informações por meio de programas educativos – podendo ser discutido nas escolas, universidades, hospitais ou postos de saúde – sobre o uso adequado de medicamentos e com acompanhamento de profissionais, destacando as possíveis consequências desse consumo para a saúde, visto que, por ser algo comum no cotidiano da população, a maioria não está ciente da gravidade dessa prática.

Contudo, destaca-se a relevância da realização de pesquisas acerca do consumo impróprio de medicamentos, dado que os conhecimentos dessa prática ainda possuem lacunas, afetando a sociedade que está sujeita a mudanças e alterações em diferentes aspectos ao longo do tempo. Além disso, é essencial que haja colaboração, responsabilidade e atitude racional dos profissionais da saúde ao lidarem com a prescrição e orientação de medicamentos, sendo fundamental levar em consideração o contexto, a necessidade e o objetivo de cada

indivíduo. Por fim, além do apoio da área da saúde, os órgãos midiáticos e a população em geral também devem auxiliar no combate do consumo inadequado de medicamentos e na importância de buscar ajuda qualificada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; ROCHA, R. Redes sociais e automedicação: riscos e desafios para a saúde pública. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 112-125, 2020.

ANVISA. Nota técnica: Retomada da transmissão obrigatória ao SNGPC. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/sngpc>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Saúde. Diretrizes para o cuidado farmacêutico na Atenção Primária à Saúde. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que devemos saber sobre medicamentos. Brasília, DF: ANVISA, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-monitoramento/medicamentos/cartilha-o-que-devemos-saber-sobre-medicamentos.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Política nacional de medicamentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n. 25). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso racional de medicamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->

[br/composicao/sectics/daf/uso-racional-de-medicamentos](https://www.crmpr.org.br/composicao/sectics/daf/uso-racional-de-medicamentos). Acesso em: 9 ago. 2025.

CRM-PR – Conselho Regional de Medicina do Paraná. Receita eletrônica: regras e orientações. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DA SILVA, J. B. F. et al. O imediatismo frente ao sofrimento psíquico. *Amazônia: Science & Health*, v. 7, n. 4, p. 56-69, 2019.

DE SOUZA MARTINS, L. et al. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição: um problema de saúde pública. *Revista Foco*, v. 18, n. 6, p. e8587-e8587, 2025.

FIGUEIRAS, A. et al. Influência da formação médica, informação farmacêutica e incentivos financeiros na prescrição de novos medicamentos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 16, n. 1, p. 31-38, 2000.

FREITAS, G. P.; PEREIRA, R. A. Automedicação: relato de experiência com sequência didática para o ensino médio. *Revista de Educação em Ciências e Matemática*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 45-59, 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Rio de Janeiro: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GONÇALVES, M. A. et al. Impacto do acompanhamento farmacoterapêutico na prescrição de ansiolíticos em idosos. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, v. 10, n. 2, p. 45-57, 2021.

MELO, J. R. R.; DUARTE, E. C.; MORAES, M. V. de; FLECK, K.; ARRAIS, P. S. D. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, e00053221, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwB GnVBHKmrQ>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim sobre automedicação e uso racional de medicamentos. Brasília: MS, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Uso racional de medicamentos: estratégias e desafios. Brasília: MS, 2022.

PAULA, C. C. da S. et al. Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultural. In: *Anais do IX CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades)*, 2021, Campos dos Goytacazes. *Anais do IX CONINTER*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/coninter2020/298280-uso-irracional-de-medicamentos--uma-perspectiva-cultural>. Acesso em: 10 ago. 2025.

RODRIGUES, W. L.; DA SILVA, T. M. B. O uso indiscriminado do Ozempic® para fins estéticos: uma revisão de literatura. *Cognitionis Scientific Journal*, v. 7, n. 2, p. e509-e509, 2024.

SANTOS, L.; FARIA, C. A influência da indústria farmacêutica na prescrição médica: revisão integrativa. *Revista Bioética*, v. 27, n. 3, p. 465-476, 2019.

SANTOS, W. M. de S.; BAIENSE, A. S. R. Uso incorreto de antibióticos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 6, p. 3272-3287, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6.14662>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SILVA, F. et al. Automedicação e uso de medicamentos psicotrópicos entre jovens. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, n. 28, p. 1-10, 2020.

SILVA, I. dos A.; ALVIM, H. G. de O. A história dos medicamentos e o uso das fórmulas: a conscientização do uso adequado. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, ano III, v. 3, n. 7, p. 475-486, jul./dez. 2020. ISSN 2595-1661

SILVA, M. S. et al. Projeto educativo sobre auto-

medicação em escola pública de São Sebastião-AL. *Revista Saúde & Educação*, Maceió, v. 8, n. 2, p. 122-131, 2022.

SILVA, M. V. A. da; JERÓNIMO, J. L. G. B.; FERNANDES, D. I. A.; GALVÃO, J. G. F. M.; LIMA, I. C. de S. Automedicação e o uso indiscriminado de psicotrópicos. *Revista Eletrônica Científica da Multivix*, Vitória, v. 11, n. 1, p. 1351-1368, 2023. DOI: 10.35621/23587490.v11.n1.p1351-1368. Disponível em:

<https://doi.org/10.35621/23587490.v11.n1.p1351-1368>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Cuidado farmacêutico na atenção primária em Belo Horizonte: relato de implementação. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. UNA-SUS. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VENTOLA, C. L. Crise da resistência bacteriana: causas e consequências. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 51, n. 2, p. 233-240, 2015.

VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. Uso racional de medicamentos: conceitos, problemas e estratégias para a intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 7, p. 3169-3175, 2011.